

O Nacionalismo na experiência democrática brasileira (1945-1964): um conceito em transformação.

Charles Sidarta Machado Domingos

Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Bolsista CAPES sob a orientação da Prof. Dra. Carla Brandalise.

Resumo: Este artigo aborda o conceito de nacionalismo como categoria de análise para o período de 1945-1964 no Brasil. Ao longo desse período optamos por dar ênfase às mudanças pelas quais o conceito passou, principalmente, ao longo dos anos de 1951 a 1964. Ao utilizarmos as concepções de Eric Hobsbawm sobre o caráter histórico do nacionalismo, pretendemos demonstrar de que forma se realizaram as mudanças nos usos e percepções a respeito do fenômeno, sem perdermos de vista sua importância nos embates políticos pela disputa do poder no Brasil.

Palavras-chave: Nacionalismo; ISEB; História Política.

Introdução

Neste trabalho pretendemos esboçar uma divisão temporal em três partes para o nacionalismo brasileiro do período 1945-1964. Embora existam elementos capazes de serem definidos como nacionalismo no transcorrer do Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), optamos por não enfatizarmos este período em nossa análise.¹ Esta decisão se deve, principalmente, pelo alinhamento automático deste Governo com os Estados Unidos da América (EUA).

Antes de começarmos a discussão sobre as especificidades de cada um dos três

¹Vânia Maria Losada Moreira nos alerta que o nacionalismo, enquanto movimento social e político, começa a ganhar força já em 1943 (ainda na ditadura do Estado Novo) com a campanha “O petróleo é nosso”. Seu êxito se completa em 1953, com a criação da Petrobras. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 169-170.

períodos do nacionalismo brasileiro de 1945 a 1964 – temos consciência da arbitrariedade dos marcos temporais e conjunturais por nós propostos e de um certo artificialismo que essa escolha engendra – optamos fazer uma breve discussão sobre o fenômeno nacionalismo em sentindo histórico mais amplo, por entendermos ser um dos conceitos mais importantes da História Política. Após essa breve incursão sobre o tema, traremos a discussão novamente para o cenário brasileiro.

1. A abordagem de Eric Hobsbawm sobre o Nacionalismo

Embora as análises de Eric Hobsbawm tenham semelhanças com as de Ernest Gellner, notadamente a busca por elementos objetivos e a recusa ao entender o nacionalismo por um viés estritamente ligado a língua, Hobsbawm avança no estudo do nacionalismo ao abordá-lo enquanto fenômeno histórico, possuindo, desta maneira, uma gênese, um desenvolvimento, e tendo, um dia, um final.

Assim como Ernest Gellner e Benedict Anderson, Hobsbawm vê o início do nacionalismo no século XVIII, como fenômeno do capitalismo. Enquanto Gellner afirma que “a sociedade inteira deve ser perpassada por uma só cultura superior padronizada, caso pretenda funcionar”,² Hobsbawm avança ao entender que mesmo que as línguas só possam ser padronizadas através da imprensa ou pela escolaridade, para o historiador não se pode perder de vista que as nações são construídas pelo alto, porém, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, em razão das esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns. No início do nacionalismo, próximo à Revolução Francesa, a nação não tinha a ver “com etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns”.³ Para aqueles homens e mulheres, o que compunha a essência de uma nação era o exercício da cidadania, o sentido de pertencimento, como bem descreveu Benedict Anderson.⁴

Para Hobsbawm, o apogeu do nacionalismo se dá na Europa Ocidental no período do pós Primeira Guerra Mundial até 1950. A partir da formação da Liga das Nações como resposta ao colapso dos impérios multinacionais da Europa Central e Oriental e da Revolução

²GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo: trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1983, p. 117.

³HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 33.

⁴ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989

Russa, o princípio de nacionalidade do presidente estadunidense Wilson fez com que as fronteiras dos Estados coincidissem com as fronteiras das nacionalidades e das línguas. Ao longo do tempo essa divisão artificial traria novas transformações ao nacionalismo, em especial ao dos Estados mais recentes, como Alemanha e Itália, pois “o nacionalismo sofreu uma mutação: de um conceito associado ao liberalismo e à esquerda, para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba, ou mais precisamente, da direita radical”.⁵ Processo de transformação semelhante poderia ser descrito como o acontecido no Brasil na passagem do nacionalismo do período democrático, para o nacionalismo ufanista dos ditadores militares que assumiram o Estado com o golpe civil-militar de 01 de abril de 1964. Hobsbawm, ao analisar o período entre-guerras na Europa, aponta que “o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subseqüentemente pela experiência da luta antiimperialista nos países coloniais”,⁶ o que nos permite relacionar o nacionalismo com as esquerdas no Brasil, em razão principalmente de um discurso comum antiimperialista, que foi se ampliando ao longo do período 1945-1964.

Para o autor, os nacionalismos de fins do século XX passaram a ser “essencialmente negativos, ou melhor, separatistas. Daí, a insistência colocada nas diferenças étnicas e lingüísticas, que aparecem, às vezes, de forma individual ou combinada com a religião”.⁷ No entanto, reafirma o caráter histórico do nacionalismo mais recentemente, ao nos advertir que embora “nada de bom advirá disso”, também “não vai durar para sempre”.⁸ Embora o nacionalismo brasileiro do período estudado não tenha se desenvolvido de forma separatista como o europeu, sofreu significativas mudanças ao longo de sua existência por ser um fenômeno histórico. É a partir dessa contribuição de Eric Hobsbawm como instrumento de análise que nos valeremos no desenvolvimento deste artigo, de forma consciente, sem nos preocuparmos em seguir o mesmo padrão evolutivo do nacionalismo europeu, pois há muito já sabemos que as realidades históricas seguem seus próprios rumos.

2. O Nacionalismo no início da década de 1950

⁵ HOBBSAWM, op.cit., p. 144

⁶ Idem, Ibidem, p. 176

⁷ Idem, Ibidem, p. 196

⁸ HOBBSAWM, Erica. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 282.

Segundo Simon Schwartzman, foi a partir de agosto de 1952 que um grupo de intelectuais começou a se reunir para discutir os grandes problemas da sua época, em especial os relativos às formas de o país superar o subdesenvolvimento. A partir de 1953 esse grupo se articulou para criar o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e editar os *Cadernos de Nosso tempo*. Ainda segundo Simon Schartzman “A importância do IBESP e dos Cadernos é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subseqüentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)”.⁹

No estudo de Caio Navarro de Toledo, tornado clássico sobre o ISEB, suas preocupações são de caráter ideológico e filosófico. Com refinada análise utilizando-se de um aparato conceitual baseado em ideologia e alienação, conceitos marxistas muito bem trabalhados pelo autor, sua obra privilegia aquilo que consideraremos o segundo momento do nacionalismo, quer seja, o nacional-desenvolvimentismo. O próprio autor nos adverte quanto a isso: “Detivemo-nos particularmente no exame dos trabalhos isebianos publicados durante o período chamado de desenvolvimentismo (governo Juscelino Kubitschek – 1956-1960), embora sejam assinaladas algumas referências que apontam para (e interpretam) outros momentos da vida da instituição”.¹⁰

Para Toledo “a idéia-matriz que permitiu a criação do ISEB estava sendo gestada desde os primeiros anos do último governo Vargas. Pode-se mesmo afirmar que o ISEB sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP)”.¹¹ Toledo se refere ao Decreto nº 57.608, datando de 14 de julho de 1955, assinado pelo presidente João Café Filho, como sendo o momento de fundação do ISEB. Para Toledo o núcleo de intelectuais de “primeira hora” do ISEB era composto por Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida e Hélio Jaguaribe.

Caio Navarro de Toledo separa o ISEB em três fases: 1) da cria o até a “encampa o” juscelinista (um curto período, de aproximadamente 6 meses); 2) o quinq nio juscelinista (no qual aprofunda seu trabalho); 3) o período que acompanha as Reformas de

⁹SCHWARTZMAN, Simon. Sele o e introdu o. In: *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: 1979, p. 3.

¹⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 26.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 203.

Base (nesse período, a análise é extremamente superficial; seria algo correspondente aos Governos Jânio Quadros e João Goulart).¹² Toledo faz a seguinte afirmação, a respeito da fase “C”: “A perspectiva nacionalista – decisiva no momento anterior – aqui se encontra, se não negada, pelo menos sensivelmente atenuada”.¹³ Não estamos de acordo com essa afirmação, por entendermos que nessa fase o nacionalismo se radicaliza à esquerda do espectro político.¹⁴

A soma desses diversos elementos faz com que, segundo Lucília de Almeida Neves, as décadas de 1940 e 1950 tenham sido cheias de otimismo, almejando-se “implementar um projeto de nação comprometido principalmente com o desenvolvimento social”.¹⁵ E essa perspectiva que abordaremos no segundo momento do nacionalismo brasileiro durante a experiência democrática.

3. O nacional-desenvolvimentismo

Segundo Francisco Weffort é a partir de 1956 que o nacionalismo se consubstancia, pois “o nacionalismo constitui-se, sem dúvida, a partir do governo Kubitschek, em centro de polarização ideológica”.¹⁶ Chegando o mesmo autor a afirmar que “as posições políticas passaram a se definir em razão do nacionalismo”.¹⁷ O nacionalismo, dessa maneira, evidencia-se como o elemento definidor da vida política do Brasil para o período. É a partir dele que, via de regra, tanto os partidos políticos quanto as demais formas de organização social vão se definir no espectro político. É, pois, dentro de nosso marco temporal, o elemento constitutivo das disputas pelo poder nos mais diversos níveis.

Caio Navarro de Toledo, ao longo de seu trabalho, aponta as incongruências na

¹²TOLEDO, op. cit., p. 205-209.

¹³Idem, Ibidem, p. 209.

¹⁴ Essa afirmação de Toledo, estranhamente, destoa do que ele afirma ao longo dos capítulos 5 e 6 de sua obra; na sua análise, em especial nas páginas 157-166 e 184-188, o autor demonstra a própria crítica realizada por alguns isebianos, como Álvaro Vieira Pinto e Osny Pereira Duarte, que já fazem a denúncia sobre a subordinação do nacional ao desenvolvimento ao longo do quinquênio juscelinista, e o papel que os próprios intelectuais do ISEB tiveram nesse processo.

¹⁵NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 171.

¹⁶WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 24.

¹⁷Idem, Ibidem, p. 24-25.

fabricação dessa ideologia, a saber, o nacional-desenvolvimentismo. Contrariando as definições marxistas de ideologia, em especial as da vertente do próprio Marx de *A Ideologia Alemã*, os intelectuais do ISEB (com exceção de Nelson Werneck Sodré) pretendiam elaborar uma ideologia *a priori*; organizar um conjunto de idéias relativamente ordenadas que possibilitassem “desempenhar um papel ativo na transformação de toda a sociedade, unificando os interesses gerais da nação”.¹⁸ Excetuando-se Nelson Werneck Sodré, os demais isebianos não tinham no seu horizonte conceitual a ideologia como uma forma de dominação; para eles, a ideologia não passava de elucubração teórica capaz de mostrar os caminhos corretos a serem seguidos na direção de um fim nobre, quer seja, a “necessidade da implantação definitiva do capitalismo como superação do subdesenvolvimento”.¹⁹ Perspectiva semelhante a de Nelson Werneck Sodré sobre o nacionalismo, de acordo com a visão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que buscava nesse período a revolução burguesa no Brasil. Para esse historiador (ao menos nesse período) o nacionalismo “não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, nem vive da teoria, mas da prática”.²⁰ Nunca é demais lembrar que tanto os isebianos, como os membros do PCB viam a implantação do capitalismo como a afirmação da industrialização; para esses dois grupos, nesse momento, o principal adversário do desenvolvimento brasileiro seria o latifúndio agrário-exportador.²¹

Para Caio Navarro de Toledo, o nacional-desenvolvimentismo tem início e fim com o Governo Juscelino Kubitschek, mesmo que elaborado por uma instituição relativamente autônoma do governo (Toledo enfatiza que a ideologia nacional-desenvolvimentista é fruto do ISEB, e não do governo; mesmo que esse tivesse encampado suas formulações). O fim do Governo JK seria o fim das ilusões que o capitalismo pregou nos isebianos. O fim do nacional-desenvolvimentismo está relacionado com a percepção de que o desenvolvimento veio para poucos e não para toda a nação, como imaginavam os membros do ISEB. Ao sobressair o desenvolvimento em relação ao nacional, percebeu-se que tudo não passara de ilusão. Essa crítica passou a ser realizada a partir do último ano do Governo JK, em especial a partir da eleição de Jânio Quadros e derrota de Henrique Teixeira Lott em 1960, abrindo o período que Toledo considerou como pós-desenvolvimentista.

¹⁸ TOLEDO, op.cit., p. 117.

¹⁹ Idem, Ibidem, p. 156.

²⁰ Idem, Ibidem, p. 73.

²¹ Num segundo momento, algo próximo do período que propomos como nacional-reformista, ao lado do latifúndio agrário-exportador estará presente, com maior veemência, o imperialismo, em especial o estadunidense.

Porém, escapa da perspectiva de Caio Navarro de Toledo que esse período, por ele denominado de pós-desenvolvimentista, mantém firmes contornos nacionalistas. Mesmo com a crítica realizada por alguns membros do ISEB ao nacional-desenvolvimentismo pela sua associação ao imperialismo e ao desenvolvimento associado com o capital estrangeiro, a crítica ao imperialismo se reforça. Note-se que em nenhum momento, sob a justificativa de ter como objetos de estudo a ideologia e a filosofia, Caio Navarro de Toledo tenha se referido a Guerra Fria. Para o autor, é como se não tivesse ocorrido a bipolaridade das relações internacionais, a corrida armamentista, a corrida espacial (o Sputnik e a cadela Laika estão no centro das atenções nesse período), a Conferência de Bandung exigindo espaço para os países Não-Alinhados ou a Revolução Cubana, que trouxe a latino-americanização da Guerra Fria. Esses elementos, todos, reforçaram o nacionalismo no Brasil. Se o nacionalismo, por pressuposto, oculta as contradições de classe (e essa era uma análise que muito poucos conseguiam vislumbrar naqueles meados da década de 1950), ele pode reforçar o antiimperialismo. O subdesenvolvimento volta a ser atacado, não mais apenas pela via do desenvolvimento, que se mostrou ineficaz, mas pela via da libertação nacional. Se não há uma alteração estrutural nessa modificação – como já sabia Toledo em 1977 quando escreveu a primeira edição de seu livro – isso não era tão claro assim no período estudado. Para aqueles intelectuais, de fins dos anos 1950 e início dos 1960, o nacionalismo poderia ter um caráter revolucionário.

Difundir esse novo discurso para os setores populares. Colocar esse novo discurso em prática. Realizar uma virada reformista no nacionalismo, enfatizando dentre seus componentes uma nova forma de organização da política exterior do país. É disso que vai tratar nossa próxima seção, ao abordar o nacional-reformismo.

4. O nacional-reformismo

Com a eleição de 1960 todos os setores nacionalistas se uniram na candidatura Lott. Sua derrota foi importante momento de inflexão, gerando necessários esforços organizados para uma nova configuração do discurso nacionalista. Não bastava mais apenas o país se desenvolver economicamente, se os resultados desse desenvolvimento não melhorassem as

condições de vida do povo brasileiro. Povo, nesse momento, se torna o elemento definidor do nacionalismo, haja visto que a nação já fora construída. Agora, era chegada a hora de se reformar o que tinha sido realizado.

Embora tenhamos optado deliberadamente pelo enfoque no ISEB na construção do nacionalismo brasileiro, como o centro por excelência da idéia de forjar uma consciência nacional, pelo menos outros dois centros tiveram importante papel na elaboração do nacionalismo brasileiro, com destaque para a transformação que passou a sofrer no limiar dos anos 50, realizando-se como um nacionalismo a favor de reformas no capitalismo brasileiro. Embriões do nacional-reformismo, além do ISEB em sua última fase, e responsáveis pelas articulações capazes de alocar reformas no desenvolvimento conquistado, foram o Partido Comunista Brasileiro e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).²²

Mesmo sendo posto na ilegalidade ainda em 1947, o Partido Comunista Brasileiro desempenhava um papel importante ao longo do período 1945-1964. Já na primeira eleição presidencial seu candidato alcançara 10 % dos votos. Contava com destacadas personalidades do mundo intelectual brasileiro.²³ Após o suicídio de Getúlio Vargas, teve na luta pela industrialização uma das suas mais importantes bandeiras, talvez só comparável ao papel que atribuíam à luta contra o latifúndio e o imperialismo, presentes desde a sua fundação, em 1922.

Com as “teses de 1958”, os comunistas brasileiros passaram a defender uma ampla aliança nacionalista, inclusive com aquilo que à época se denominava burguesia nacional. É dessa época que, em artigo na Revista Brasiliense (organizada por Caio Prado Júnior), Hermes Lima, que não era comunista, afirmava: “O nacionalismo não supõe exclusivamente o Estado intervencionista. Supõe, isto sim, o Estado na liderança, no comando da política de desenvolvimento, no estímulo direto ou indireto de medidas promocionais de desenvolvimento”.²⁴

Já nos meios políticos institucionalizados no Estado, a Frente Parlamentar

²²Além desses dois centros formadores e transformadores do ideário nacionalista brasileiro, são importantes o Clube Militar e o Centro Popular de Cultura (CPC). Embora não nos detenhamos para os efeitos desse trabalho na análise desses dois centros, sabemos bem do grau de importância que eles tiveram em diferentes momentos do período 1945-1964 na elaboração do sentimento nacionalista no Brasil. O trabalho de Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida dá conta do papel do Clube Militar, inclusive com o uso da “Revista do Clube Militar” como fonte de trabalho (ALMEIDA, 2006). Para as relações que se deram entre o nacionalismo e o CPC (que em verdade eram mais do que um), o trabalho de Daniel Pécaut é um bom ponto de partida. PÉCAUT, op.cit., p. 152-165.

²³A lista é extensa. Podemos citar, dentre tantos outros: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oscar Niemeyer.

²⁴Revista Brasiliense, nº 18, julho-agosto de 1958, p. 17 *apud* PÉCAUT, op.cit., p.144.

Nacionalista se constitui em 1956, composta por 55 deputados federais.²⁵ Embora tenha existido ao longo dos mandatos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, foi ao longo do período de João Goulart que “a FPN ganhou maior dinâmica e melhor visibilidade”.²⁶ Nesse período, ampliou seu número de integrantes para 61 deputados federais, sendo o partido hegemônico em seu interior o PTB, com 30 deputados federais.²⁷

A Frente Parlamentar Nacionalista gozava de relativa influência na sociedade durante o Governo Goulart. Desde 1960 estava comprometida com as Reformas de Base, embora houvesse divergências entre seus membros em relação à reforma agrária.²⁸ Embora Lucília de Almeida Neves Delgado explique essas divergências no nível partidário, sendo os vinculados ao PTB favoráveis a reforma no campo, e os do PSD, PRP e PR não terem dado o apoio integral a esta, acreditamos que a resposta a essa divergência se encontra oculta pelo caráter próprio do nacionalismo, capaz de unir distintos projetos políticos, por vezes inclusive antagônicos, encobrendo suas diferenças apenas até certo ponto. Apesar disso, inegável é o papel desempenhado pela Frente, pois “contribuiu enormemente para a difusão de teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentistas, tanto nos poderes Executivo e Legislativo federais, como também na sociedade civil”.²⁹

As contribuições do ISEB somadas as do PCB e da FPN possibilitaram outro desdobramento do conceito de nacionalismo: o de nacional-reformismo. A nosso ver, ele é o termo mais próximo da realidade do Brasil no início dos anos 1960. O projeto político do presidente João Goulart pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de pugnar a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando ao desenvolvimento do país. Para este fim foram importantes a sistematização da Política Externa Independente – que tinha como um dos preceitos fundamentais o desenvolvimento econômico a partir das relações internacionais do Brasil no contexto da Guerra Fria –, a criação do 13º salário, o “Estatuto do Trabalhador Rural” – que levava os direitos sociais aos trabalhadores do campo –, a Lei da Remessa de Lucros (que limitava o envio de capitais para o exterior) e a criação da Eletrobrás.

²⁵DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 368.

²⁶Idem, Ibidem, p. 370-371.

²⁷Idem, Ibidem, p. 372. Além dos deputados do PTB, Lucília de Almeida Neves Delgado nos informa de 12 do PSD, 10 da UDN, e 9 de outros partidos, como o PSP, PR, PSB.

²⁸DELGADO, op. cit., p. 373.

²⁹Idem, Ibidem, p. 373.

Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, em trabalho conjunto, privilegiam o teor nacionalista na personalidade e nas medidas tomadas por João Goulart.³⁰ Embora concordemos com essa perspectiva, faz-se necessário esclarecer o porquê dessa ênfase: ao valorizar os elementos nacionalistas das ações de Goulart, os autores (bem como nós mesmos) desvalorizam o emprego que a historiografia reservou, de forma hegemônica até o fim dos anos 1980, do conceito de populismo. Ao se valorizar esses elementos nacionalistas, e sua evolução reformista, intenta-se destacar o protagonismo popular que ganhou as ruas nos primeiros anos 1960. Com isso, pretende-se destacar além da emergência dos setores populares nas lutas sociais, o papel relativamente consciente de suas escolhas, ao optar por um projeto de desenvolvimento econômico-social capaz de integrá-los, ainda que de forma limitada. Esvazia-se, assim, o elemento mais crucial da definição de populismo, quer seja o da manipulação das classes trabalhadoras.

Esse nacionalismo, que evoluiu para o reformismo, assim é descrito por Gomes e Ferreira:

Nos anos 1950, importantes setores políticos do país acreditaram que os meios necessários para alcançar um real desenvolvimento econômico e uma efetiva situação de bem-estar social estariam na defesa de princípios nacionalistas e na ação intervencionista e planejadora do Estado. Nesse sentido, ao lado do crescente compartilhamento de um ideário nacionalista, também ganhou força entre grupos políticos de esquerda, quer do PCB, quer do PTB, um movimento reformista que defendia mudanças na estrutura socioeconômicas do país. Tais reformas se traduziriam, especialmente pela ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores da cidade e do campo, com o efetivo enfrentamento da questão da terra, ou seja, com uma reforma agrária. Essa proposta, que seria sintetizada na luta pelas reformas de base, encontraria defensores e promotores no interior do PTB, identificando João Goulart, o herdeiro do legado de Vargas, como um político capaz de assumir a liderança desse *processo de transformações sociais*.³¹

Como pudemos perceber na citação analítica dos historiadores Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira esse “processo de transformações sociais” do Governo Goulart

³⁰GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

³¹GOMES; FERREIRA, op. cit., p. 83-84. Grifos nossos.

representa um período de mudanças intensas nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais, com destacado papel para o protagonismo popular tendo como principal elemento de coesão o ingrediente nacionalista.

Mesmo que muitas das reformas de base já tramitassem no Congresso Nacional desde 1956, foi a partir da posse de João Goulart (possível apenas com o aceite da tutela parlamentarista) que a discussão sobre sua implantação tomou consistência e caráter sistêmico. Houve avanços e recuos ao longo do Governo Goulart na implantação das reformas de base. Conforme os setores nacionalistas pressionavam por sua implantação, os setores conservadores endureciam suas obstruções. De um lado intelectuais engajados, sindicatos, partidos de esquerda e ligas camponesas exigiam sua implementação; de outro, entidades empresariais, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (ambos os institutos patrocinados com verbas estadunidenses), intelectuais e partidos conservadores se opunham a sua realização. Impossível se referir ao início dos anos 1960 no Brasil sem apontar o papel desempenhado pelas reformas de base.

Como se pôde observar, a luta pelas reformas mobilizava toda a nação. Para os setores populares, representaria avanços consideráveis nas suas condições de vida. Para os grupos dominantes, poderia representar perdas irreparáveis para sua sustentação. Todas as reformas apelavam, em maior ou menos grau, implícita ou explicitamente, ao aperfeiçoamento do capitalismo no Brasil, utilizando-se do nacionalismo com vista a maior incorporação social. Nenhuma delas, nem por um momento, se aproximava de medidas socialistas ou mesmo comunistas, como eram genericamente acusadas pelos que as combatiam. Como assevera Carla Rodeghero: “Tal combate, todavia, parecia estar mais ligado aos perigos representados pelo nacionalismo e pelo antiamericanismo do que pelo comunismo”.³² Não era o comunismo que os setores dominantes da sociedade queriam bloquear, embora ele fosse a tônica do discurso; o inimigo era o nacionalismo, mas não o mesmo nacionalismo dos anos 40/50. O inimigo era o nacional-reformismo.

Em 2005, ao se completarem 50 anos da fundação do ISEB, Caio Navarro de Toledo organizou um livro intitulado *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*, composto de depoimentos de personagens importantes deste instituto, e de artigos acadêmicos

³²RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 164.

analisando as suas contribuições. Em seu artigo, Caio Toledo ³³ parece tentar responder a algumas lacunas que ficaram em seu trabalho maior. Seu foco, neste novo trabalho, será os anos 1960, em especial o “governo Goulart – momento em que a instituição assumiu abertamente uma direção e uma orientação de esquerda –, o ISEB passou também a empunhar com vigor a bandeira das reformas sociais (agrária, bancária, política, administrativa, universitária, etc)”.³⁴

A tese central de seu trabalho é uma contraposição entre o ISEB e o IPES. Utilizando-se da categoria aparelho ideológico, ele alinha o ISEB a uma variante do Estado, enquanto o IPES estaria alinhado com a sociedade civil.³⁵ Segundo o autor, o IPES era partidário de uma democracia liberal com reduzida participação popular, além de condenar as reformas de base e as “tentativas legislativas de disciplinar o capital estrangeiro e a prática de uma política externa soberana e independente”.³⁶ Sendo o Governo Goulart um governo de muitas lutas sociais, Caio Navarro de Toledo procura evidenciar mais uma delas: a luta entre intelectuais.

O que outrora o autor designava como “último ISEB”, agora passa a ser incorporado pelo nacional-reformismo.³⁷ Assim, mesmo em uma análise sem a mesma densidade da anterior – preocupada com o período nacional-desenvolvimentista – Caio Navarro de Toledo avança ao ter incorporado algumas críticas relativas à falta de contextualização histórica e política do trabalho anterior.³⁸ Mesmo esse artigo não tendo a mesma solidez filosófica de seu estudo clássico, ele mostra avanços consideráveis ao dar dimensão concreta à análise do período ora estudado. Procurando suprir uma lacuna importante da história do ISEB, deixada aberta por ele mesmo, Caio Toledo a enriquece, incorporando a seu trabalho teórico a conjuntura histórica.

Tentativa semelhante a de Toledo é a que procuraremos fazer neste trabalho ao tratarmos de forma concreta e histórica o nacionalismo na experiência democrática brasileira.

Conclusão

³³TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 137-164.

³⁴Idem, *Ibidem*, p. 149. Há uma significativa diferença entre como o autor abordou essa fase do ISEB no trabalho anterior, e como está abordando agora, com traços muito mais positivos.

³⁵Idem, *ibidem*, p. 150.

³⁶Idem, *ibidem*, p. 151.

³⁷TOLEDO, op. cit., 2005, p. 152.

³⁸Idem, *Ibidem*, p. 164 nota 37.

Ao analisar o nacionalismo no Brasil, ao tempo da experiência democrática de 1945-1964, foi possível, em especial a partir das conclusões de Hobsbawm, demonstrar como o conceito se modificou ao longo do tempo – que embora breve cronologicamente – foi extremamente denso em termos de lutas políticas, sendo o nacionalismo a baliza entre dois projetos de nação.

Com o Governo Getúlio Vargas (1951-1954), podemos perceber a emergência do conceito nas lutas políticas. Ao implementar uma maior participação do Estado no desenvolvimento nacional, o projeto de início dos anos 1950 trabalhava de forma embrionária com o nacionalismo, sendo a origem das discussões que este conceito propiciou ao longo da democracia brasileira da época.

Ainda no Governo Café Filho, mas especialmente ao longo do Governo Juscelino Kubitschek, o nacionalismo foi forjado enquanto ideologia pelos intelectuais do ISEB. Esta instituição, embora autônoma, mantinha fortes vínculos com a administração JK. Seus atores foram os grandes divulgadores da idéia do nacional-desenvolvimentismo; através dessa ideologia, procuravam legitimar o desenvolvimento do Brasil em bases nacionalistas.

Com o fim do Governo JK, a crítica da experiência nacional-desenvolvimentista foi realizada inclusive por alguns autores vinculados ao ISEB. A ilusão desenvolvimentista teve fim. Alguns intelectuais do ISEB, juntamente com intelectuais do PCB e parcelas da sociedade brasileira, perceberam os limites concretos do nacional-desenvolvimentismo; que o desenvolvimentismo se realizara com relativo sucesso, porém a expensas do nacional.

No Governo Goulart, uma nova transformação tomou o nacionalismo no Brasil. Com as críticas elaboradas, numa dimensão que priorizava um discurso de reformas no capitalismo, para integrar maiores parcelas da sociedade à nação, foi se consubstanciando o caráter distributivista do nacionalismo, o que radicalizou o conceito, tanto teórica quanto concretamente, ao terem as lutas sociais do período também se radicalizado. É isso que tentamos demonstrar ao longo deste trabalho.

Bibliografia

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 357-376.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo: trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1983.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

——— Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 271-282.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 155-194.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 167-203.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. Seleção e introdução. In: *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: 1979, p. 3-6.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

—— ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. *In:* TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil*. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 137-164.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.